

Deputados prevêm aprovação da desincompatibilização de um ano

BRASÍLIA — Os Deputados Bonifácio de Andrade (PDS-MG) e Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), integrantes da Comissão Mista que examina a proposta do Governo de convocação da Constituinte, estão convencidos de que o Congresso aprovará a emenda do Deputado Manoel Costa (PMDB-MG) que estabelece o prazo de um ano para a desincompatibilização de ocupantes de cargos do Executivo que pretendem se candidatar à Constituinte.

Segundo Bonifácio de Andrada — que concorda com o projeto — proposta semelhante do Deputado Cardoso Alves (PMDB-SP) foi derrotada no primeiro semestre porque o Governo era forte e impediu a aprovação. Agora, na opinião do Deputado, o Governo está muito fraco e não tem condições de evitar a aprovação.

Para Israel Pinheiro Filho, o pra-

zo de um ano é um absurdo, porque coincidiria com as eleições municipais deste ano. O Presidente e os Governadores seriam obrigados a mudar suas equipes antes da divulgação do resultado do pleito, que interfere nas composições políticas, e teriam que refazê-las novamente diante do novo quadro.

Israel Pinheiro Filho admite que o Presidente Josre Sarney tem um forte motivo para querer a aprovação da emenda, que lhe permitiria fazer logo uma reforma ministerial, mas corre o risco de ter que refazê-lo. Segundo o Deputado, a aprovação da emenda é quase certa, porque na votação da emenda de Cardoso Alves a diferença de votos foi mínima.

Para Israel, os Deputados estão preocupados com a possibilidade de não serem reeleitos em função da indefinição do quadro partidário.

— Os Deputados acham que os que

estão no Executivo estão mais armados do que eles para disputar a reeleição — disse.

Em Belo Horizonte, o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, disse que o prazo deverá ser alterado para dez ou 11 meses, para que não coincida com as eleições de 15 de novembro. Pimenta reforçou a tese de Israel Pinheiro de que é inviável promover uma reforma ministerial sem conhecer os resultados das urnas.

— Na República ideal, acho que nem precisaria haver prazo para desincompatibilização, mas na República real precisamos de um prazo de inelegibilidade — disse.

Pimenta informou que o Presidente José Sarney ficou preocupado com a emenda apenas quando soube que os Ministros também teriam que obedecer o prazo de desincompatibilização.

Governadores do Nordeste não deixarão cargos

JOÃO PESSOA — Se a emenda que altera o prazo de desincompatibilização for aprovada, entre os Governadores do Nordeste só o do Rio Grande do Norte, José Agripino, deixará o cargo no dia 15 de novembro para candidatar-se à Constituinte.

Ontem, em João Pessoa, durante reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, de seis Governadores consultados, apenas Agripino está disposto a abrir mão de um ano e quatro meses de mandato. Também é o único que vai mobilizar a bancada federal do Estado para votar contra a emenda, porque a considera um

casuismo semelhante aos da Velha República.

O Governador da Paraíba, Wilson Braga, é contra a emenda "porque ninguém pode ser a favor do casuismo". Divaldo Suruagy, de Alagoas, disse que não se preocupa com esse tipo de emenda, porque é comum ser apresentado às vésperas de pleitos proporcionais, sobretudo quando se prevê um alto índice de renovação do Parlamento.

— É uma reação natural de quem não quer enfrentar a concorrência de Governadores, Ministros e Secretários, que se encontram muito mais

fortalecidos eleitoralmente do que muitos parlamentares — disse.

O Governador do Piauí, Hugo Napoleão, considera a emenda uma prerrogativa do Congresso, mas lamentou que se tente mudar as regras do jogo a cada eleição, "porque isso não ajuda a construir a democracia". João Alves, de Sergipe, considera a emenda intempestiva, porque, na prática, representa a cassação de toda uma geração de novas lideranças políticas, como os atuais Governadores do Nordeste. Posição idêntica tem o Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães.